



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Auditores Independentes.

**Inovação em Produtos e Serviços**

Alinhado com os princípios de sustentabilidade e a busca da desmaterialização de serviços, desenvolvemos nos últimos anos, a venda de títulos de capitalização através do celular corporativo dos gerentes comerciais da rede de agências, com o aceite digital no APP Bradesco Celular, APP Net Empresa, *Internet Banking* e no Net Empresa pelo cliente, pensando em sua comodidade e segurança. Estas melhorias estão alinhadas à mobilidade, contribuem para a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes, além da economia de recursos físicos e financeiros. Seguindo com esses princípios, no exercício de 2022, disponibilizamos para nossos clientes pessoas jurídicas a aquisição e os serviços de consulta dos títulos no Net Empresa. Essa entrega reforça o compromisso da digitalização dos nossos serviços, para melhor atender os nossos clientes.

No exercício de 2022, como diferencial na comercialização dos produtos, a Bradesco Capitalização continuou realizando promoções em parceria com a empresa Lívolo, onde os clientes que adquiriram o produto na promoção ganharam pontos Lívolo por cada Real em títulos de capitalização. Relançamos o produto de pagamento mensal MAX Prêmios R\$ 10,00 e R\$ 20,00, com foco nos canais digitais, e tivemos também o lançamento do produto Max & Milhões para clientes de alta renda, com sorteios milionários de até R\$ 11,4 milhões, o maior sorteio da Bradesco Capitalização. Em linha com a diversificação do nosso portfólio de produtos, no final do exercício de 2022, lançamos mais dois novos produtos: o novo Max Prêmios AGRO, onde o cliente guarda R\$ 5 mil ou R\$ 10 mil de uma única vez e concorre a 20 prêmios mensais de até R\$ 400 mil, e o novo Max Prêmios Cem, onde o cliente guarda R\$ 100,00 de uma única vez e participa de 324 sorteios durante o mês.

**Desempenho das Operações de Capitalização**

No exercício de 2022, a Bradesco Capitalização manteve o fortalecimento de sua participação no mercado, mantendo a liderança de faturamento com *share* de 22,4% nos dados divulgados pela SUSEP, base dezembro de 2022. A arrecadação atingiu o montante de 6,369 bilhões (R\$ 5,493 bilhões no exercício de 2021), crescimento de 15,95%. Isto se deu devido à retomada da economia e a facilidade na aquisição do produto pelos nossos clientes por meio de aceite digital no APP Bradesco Celular, APP Net Empresa, *Internet Banking* e pelo Net Empresa. As provisões técnicas atingiram R\$ 9,134 bilhões. Foram sorteados R\$ 81,2 milhões em prêmios aos clientes no período.

Com isso, baseada numa política de fidelização dos clientes voltada à qualidade no atendimento e à oferta de produtos, a Bradesco Capitalização encerrou o exercício de 2022 com 3,2 milhões de clientes e uma carteira de 21,4 milhões de títulos ativos.

Visando aumentar a qualidade no atendimento dos clientes, foram realizados trabalhos em conjunto com a Ouvidoria do Grupo Bradesco Seguros, com foco nos processos, melhoria da experiência do cliente e pesquisa digital de satisfação das jornadas de aquisição e resgate dos títulos de capitalização.

**Resultado do Exercício**

A Bradesco Capitalização apresentou, no exercício de 2022, Lucro Líquido de R\$ 673,774 milhões (R\$ 510,273 milhões no exercício de 2021), crescimento de 32,04% em relação ao montante auferido no mesmo período do ano anterior, representando uma rentabilidade de 43,89% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

**Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos**

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Capitalização, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

**Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias Valor Justo por meio do Resultado (Negociação) e Disponível para Venda (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes), conforme normas contábeis em vigor.

**Investindo para o Futuro**

Em seus trinta e oito anos de história, a Bradesco Capitalização tem pautado sua atuação com o compromisso de proporcionar aos seus clientes a oferta de Títulos de Capitalização diversificados que atendam suas expectativas. Tudo isso, aliado ao importante papel de contribuir para o desenvolvimento do hábito de guardar dinheiro e concorrer a prêmios.

Alcançar estes objetivos tem sido possível em função dos investimentos constantes em pessoas, sistemas e processos, fazendo a Bradesco Capitalização a maior e uma das mais sólidas Companhias de Capitalização no Brasil. Além disso, tem trabalhado para fortalecer suas estratégias no mercado por meio do desenvolvimento de novos negócios e parceiros.

No exercício de 2022, continuamos concentrando esforços no desenvolvimento das plataformas sistêmicas com o objetivo de reestruturar e desenvolver melhorias na comercialização e operacionalização dos produtos, com viés na desmaterialização, digitalização e integração com a arquitetura do Banco Bradesco.

**Gestão de Riscos**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultramento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

A Bradesco Capitalização observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

**Controles Internos**

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e o COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technology*).

O Grupo Bradesco Seguros observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradeseg Participações.

**Compliance**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Neste sentido, a Área de Compliance atua na captação, divulgação e devido acompanhamento das regulamentações aplicáveis, para assegurar a aderência. A aplicação dos princípios de conduta, estabelecidos pela Organização Bradesco e pelo Grupo Bradesco Seguros nas relações com os clientes, parceiros, fornecedores e demais partes relacionadas, também faz parte da atuação da Área de Compliance, através do acompanhamento contínuo e ações periódicas para o acultramento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

**Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento do Terrorismo e a Fraudes**

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Capitalização faz parte, mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento do Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos, sistemas, controles consistentes e equipe qualificada, aplicados no devido monitoramento das operações e relacionamentos, apoiando os esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas. Mantém disponíveis canais de denúncia e caixas de e-mails corporativos aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

**Governança de Dados e Segurança da Informação**

Diante da velocidade da transformação digital, a Bradesco Capitalização dispõe de processo de Governança de Dados e Segurança da Informação alinhado aos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores. Este processo é permanentemente reavaliado, visando o aperfeiçoamento e o alinhamento com as melhores práticas e reforçando o compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e de seus *stakeholders*, com ênfase especial à privacidade, segurança da informação e governança de dados (pessoais e sensíveis). Sendo assim, a Bradesco Capitalização aprimora continuamente as ações, sempre apoiadas nos direcionamentos do Encarregado de Proteção de Dados ou *Data Protection Officer* (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, com foco na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis e boas práticas de mercado para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, ações de conscientização e acultramento, aplicação de metodologias de boas práticas de segurança, criação e revisão de normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles, bem como o atendimento de solicitações de titulares de dados pessoais em geral, dentre outras atribuições.

**Premiações**

No exercício de 2022, a Bradesco Capitalização recebeu reconhecimentos do mercado à sua atuação, destacando-se: Prêmio Segurador Brasil, Prêmio Gaivota de Ouro e Anuário Valor 1000.

**Agradecimentos**

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

Barueri, 23 de fevereiro de 2023.  
**Conselho de Administração e Diretoria**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)**

	Nota	2022	2021
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.406.683</b>	<b>1.387.006</b>
Disponível		-	22.670
Caixa e bancos		-	22.670
Aplicações	4	3.339.021	1.296.535
<b>Crédito das operações de capitalização</b>	5	<b>25.613</b>	<b>18.928</b>
Crédito das operações de capitalização		25.613	18.928
<b>Outros créditos operacionais</b>		<b>1.045</b>	<b>4.045</b>
Outros créditos operacionais		1.045	4.045
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>40.986</b>	<b>44.796</b>
Créditos tributários e previdenciários	7a	40.966	44.789
Outros créditos		20	7
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>18</b>	<b>32</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>6.959.861</b>	<b>8.234.424</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>6.892.960</b>	<b>8.183.210</b>
Aplicações	4	6.558.550	7.884.393
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>333.286</b>	<b>296.748</b>
Créditos tributários e previdenciários	7a	297.963	261.811
Depósitos judiciais e fiscais	15vi	35.296	34.901
Outros créditos operacionais		27	36
<b>Outros valores e bens</b>	8	<b>1.124</b>	<b>2.069</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	9	<b>672</b>	<b>857</b>
Bens móveis		349	405
Outras imobilizações		323	452
<b>INTANGÍVEL</b>	10	<b>66.229</b>	<b>50.357</b>
Outros intangíveis		66.229	50.357
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>10.366.544</b>	<b>9.621.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2022	2021
<b>Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>952.775</b>	<b>701.444</b>
Arrecadação com títulos de capitalização		6.368.642	5.493.340
Variação da provisão para resgate		(5.415.867)	(4.791.896)
<b>Variação das provisões técnicas</b>		<b>3.718</b>	<b>6.782</b>
Resultado com sorteio		(83.765)	(74.477)
<b>Custo de aquisição</b>	20(a)	<b>(18.954)</b>	<b>(16.791)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	20(b)	<b>148.433</b>	<b>101.504</b>
Outras receitas operacionais		133.732	115.279
Outras despesa operacionais		14.701	(13.775)
<b>Despesas administrativas</b>	20(c)	<b>(119.526)</b>	<b>(87.307)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	20(d)	<b>(49.077)</b>	<b>(37.194)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	20(e)	<b>248.895</b>	<b>262.112</b>
Receitas financeiras		1.041.863	871.371
Despesas financeiras		(792.968)	(609.259)
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.082.499</b>	<b>856.073</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>		<b>2.014</b>	<b>5.636</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.084.513</b>	<b>861.709</b>
<b>Imposto de renda</b>	20(f)	<b>(247.874)</b>	<b>(202.834)</b>
<b>Contribuição social</b>	20(f)	<b>(161.794)</b>	<b>(147.765)</b>
<b>Participações sobre o resultado</b>		<b>(1.071)</b>	<b>(837)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>673.774</b>	<b>510.273</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>450.659</b>	<b>450.659</b>
<b>Lucro líquido por ação - R\$</b>		<b>1.495,09</b>	<b>1.132,28</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>673.774</b>	<b>510.273</b>
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Companhia	(130.235)	(942.498)
Efeitos dos impostos	52.094	376.999
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>595.633</b>	<b>(55.226)</b>
<b>Atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>595.633</b>	<b>(55.226)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>417.276</b>	-	<b>83.455</b>	<b>96.922</b>	<b>254.751</b>	-	<b>852.404</b>
Aumento de capital	-	250.000	-	-	-	-	250.000
AGE de 29/10/2021	-	-	-	-	(565.499)	-	(565.499)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Dividendos antecipados (R\$ 332,85 por ação)	-	-	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 64,35 por ação)	-	-	-	-	-	510.273	510.273
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	(331.273)	-
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	25.514	305.759	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>417.276</b>	<b>250.000</b>	<b>108.969</b>	<b>402.681</b>	<b>(310.748)</b>	-	<b>868.178</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(78.141)	-	(78.141)
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 133,14 por ação)	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Dividendos pagos antecipadamente (R\$ 976,35 por ação)	-	-	-	-	-	(440.000)	(440.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 144,23 por ação)	-	-	-	-	-	(65.000)	(65.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	673.774	673.774
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	33.689	135.085	-	(168.774)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>417.276</b>	<b>250.000</b>	<b>142.658</b>	<b>477.766</b>	<b>(388.889)</b>	-	<b>898.811</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)**

**1 Contexto operacional**

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – (SUSEP) a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779, Empresarial 18 do Forte, Barueri - SP, CEP 06472-010.

A Companhia é controlada diretamente pela empresa Bradesco Seguros S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2023.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

**a. Base de preparação**

Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

**b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

**c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 - Aplicações e 15 - Provisões Judiciais; incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

**d. Segregação entre circulante e não circulante**

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais.

**e. Aplicações e instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas efetuam a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência estão descritos a seguir:

**(i) Disponível e Equivalentes de Caixa**

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Compreendem os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

**(iv) Determinação do valor justo**

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

**Quotas em fundos de investimentos**

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

**Títulos Públicos**

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

**Títulos privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras**

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O *spread* de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O *spread* de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do *spread* por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

**Fundos Imobiliários**

Os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).

**Debêntures**

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

**(v) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado, para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, não são revertidas.

**(vi) Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das Operações de Capitalização" e "Títulos e créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**(vii) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

**f. Outros valores e bens**

**Ativos de direito de uso**

Para as operações de arrendamento mercantil a Companhia avalia a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.

No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

**g. Imobilizado**

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros.

**h. Intangível**

**Softwares** adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

**i. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros**

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

**Provisões técnicas**

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título ativo ou suspenso durante o prazo previsto nas condições gerais do plano e é calculada através dos percentuais das cotas de capitalização, aplicável sobre os pagamentos realizados, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

A Provisão para Resgate (PR) é constituída pelos valores dos títulos vencidos e antecipados e consiste na atualização do saldo dos títulos pelo indexador do plano até a data do efetivo pagamento do valor de resgate ao titular;

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para cada título ativo e deverá ser calculada para os sorteios custeados e não ocorridos, de acordo com os parâmetros do plano. A metodologia de cálculo consiste na apuração do valor presente esperado dos sorteios futuros descontado o valor presente esperado das parcelas futuras de cola de sorteio;

A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores das premiações dos títulos contemplados em sorteios e ainda não pagos, atualizada monetariamente pelo período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação;

A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas de manutenção dos títulos de capitalização. Para o cálculo é realizada a projeção do valor presente esperado das despesas administrativas futuras e comparado com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos;

A Provisão Complementar de Sorteios (PCS) é constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos Sorteios a Realizar.

**k. Carregamento dos principais produtos**

Processo SUSEP	Carregamento	
	Tipo	2022/2021
15414.901273/2019-05	PU	12,42%
15414.901274/2019-41	PU	12,42%
15414.901281/2019-43	PU	8,90%
15414.901272/2019-52	PU	8,46%
15414.900860/2019-79	PU	8,46%
15414.901735/2018-03	PM	22,30%
15414.901354/2019-05	PM	12,81%
15414.607678/2021-66	PM	10,82%
15414.651888/2021-91	PM	10,46%
15414.901353/2019-52	PM	9,36%

**l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

**(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

**(ii) Passivos contingentes**

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

**(iii) Obrigações legais**

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**m. Benefícios a empregados**

**(i) Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**(ii) Obrigações por aposentadorias**

**Plano de contribuição definida**

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano.

Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

**(iii) Outras obrigações pós-emprego**

Há custo do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

**(iv) Outros benefícios de curto prazo**

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até julho de 2022, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre agosto e dezembro de 2022, a alíquota foi alterada para 16%, conforme Lei nº 14.446/22. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

**o. Resultado**

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente no mês de sua emissão, de acordo com os tipos de arrecadação, podendo ser em pagamentos mensais ou em pagamento único. Cada título tem um valor nominal, que é atualizado monetariamente pela Taxa Referencial (TR) e juros de acordo com as condições gerais do plano.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de até 20 anos para títulos e sorteios não resgatados até 11 de novembro de 2003 e de 5 anos após esta data. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

**p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são aplicáveis ao Mercado de Seguros mas não efetivas pois não entraram em vigor, ou não foram referendadas pela SUSEP, são como segue:

**Circular SUSEP nº 678**

A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012, dentre as alterações trazidas na norma temos reformulação nas Demonstrações de Resultados para operações de Capitalização e aprovação do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, estas alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2024. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos, e concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor da norma.

**3 Gerenciamento de riscos**

**a. Introdução**

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

**Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

**b. Risco de subscrição**

O risco de subscrição advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Gerência de Produtos e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas.

**Principais riscos associados aos Títulos de Capitalização**

Os títulos de capitalização são de duração de médio e longo prazos, e por este motivo são utilizadas algumas premissas atuariais para monitorar e estimar os riscos envolvidos baseados na experiência histórica, tais como: premissas sobre retorno de investimentos, despesas administrativas, persistência e sorteios.

Os riscos associados aos títulos de capitalização incluem, entre outros:

- Risco de sorteio, que corresponde à expectativa da Companhia em pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas;
- Risco de comportamento do cliente, que inclui experiência de persistência;
- Os títulos de capitalização possuem garantias de rentabilidade predefinidas, que corresponde ao risco de taxa de juros, que é gerenciado como parte do risco de mercado; e;
- Risco de despesa administrativa, que corresponde à possibilidade da Companhia ter despesas maiores do que as esperadas.

**Gerenciamento dos riscos dos títulos de capitalização**

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição de riscos e adequação das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolve mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. Em linhas gerais, o risco de sorteio é gerenciado pelo acompanhamento constante do desempenho das séries de títulos não integralizadas, o risco de persistência, por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia, e o risco de um elevado nível de despesas, é gerenciado principalmente, pela avaliação da rentabilidade da companhia e pelo monitoramento mensal dos níveis das despesas administrativas.

**Teste de sensibilidade**

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia



**Resultados do teste de sensibilidade**

Os quadros abaixo apresentam o resultado caso houvesse redução em 1 ponto percentual na taxa de juros indexada pelo IPCA nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	R\$ mil 2022	
	Bruto de impostos	Líquido de impostos
Efeitos na Provisão para Despesa Administrativa(PDA).....	(599)	(337)

	R\$ mil 2021	
	Bruto de impostos	Líquido de impostos
Efeitos na Provisão para Despesa Administrativa(PDA).....	(595)	(312)

**Limitações das análises de sensibilidade**

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

**c. Risco de crédito**

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

**Gerenciamento do risco de crédito**

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado abaixo:

Ativos financeiros - Rating	AAA(*)	AA	BBB	BB	B	Sem rating	2022 Total
Valor justo por meio do resultado .....	3.271.681	2.549	2.195	29.317	12.539	18.549	3.336.830
Título de renda fixa público .....	3.143.297	-	-	-	-	-	3.143.297
Título de renda fixa privado .....	128.384	2.549	2.195	29.317	12.539	18.549	193.533
Disponíveis para a venda .....	6.558.550	-	-	-	-	2.191	6.560.741
Título de renda fixa público .....	6.558.550	-	-	-	-	-	6.558.550
Título de renda fixa privado .....	-	-	-	-	-	2.191	2.191

(\*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**d. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

**Exposição ao risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobertura de altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido .....	1.109	2.656
Fluxo de 0 a 3 meses .....	3.558.461	2.397.617
Fluxo de 3 a 12 meses .....	193.892	4.553.761
Fluxo de 12 a 60 meses .....	7.707.036	2.971.828
Fluxo acima de 60 meses .....	544.689	-
<b>Total</b> .....	<b>12.005.187</b>	<b>9.925.862</b>

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, crédito das operações de capitalização. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos de operações com capitalização. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro, considerando o comportamento do subscritor, que inclui sua experiência de persistência, e o término de vigência dos títulos vigentes.

**Gerenciamento do risco de liquidez**

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

**e. Risco de mercado**

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

**Gerenciamento do risco de mercado**

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

**Definição de limites**

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

**Modelos de mensuração do risco de mercado**

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de Stress Testing considerando perda histórica do índice Ibovespa acumulada em janelas móveis de 21 d.u., com foco em perdas extremas diante de cenários de crise (condições de irreversibilidade e alto impacto).

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

**Análise de sensibilidade de risco de mercado**

Fator de risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Bovespa em pontos .....	109.340	
Taxa de câmbio R\$/US\$ .....	R\$5,28	
Taxa Prefixada de 1 ano .....	13,41%	
Cupom de IPCA de 1 ano .....	6,64%	
Cupom de TR de 1 ano .....	6,88%	

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Fatores de riscos			
	Taxa de Juros em reais	Índices de preços	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2022 .....	588	(1.067)	(479)	(1.086)

Exposições sujeitas à variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros

Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços

\* Os impactos decorrentes de oscilações em Moedas Estrangeiras não são considerados em função da imaterialidade das exposições.

**f. Risco operacional**

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

**Gerenciamento do risco operacional**

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e;
- Padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

**Procedimentos de controle e monitoramento contínuo**

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e;
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

**g. Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

**4 Aplicações**

**a. Resumo da classificação das aplicações**

	2022	%	2021	%
Títulos a valor justo por meio do resultado .....	3.336.830	33,71	1.295.077	14,11
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento .....	3.336.830	33,71	1.295.077	14,11
Títulos disponíveis para venda .....	6.560.741	66,29	7.885.851	85,89
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional .....	4.917.462	49,68	6.666.080	72,61
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional .....	1.641.088	16,59	1.211.770	13,20
Títulos de renda fixa - Debêntures .....	-	-	6.543	0,07
Títulos de renda fixa - Fundos de investimentos imobiliários .....	2.191	0,02	1.458	0,01
<b>Total das aplicações financeiras .....</b>	<b>9.897.571</b>	<b>100,00</b>	<b>9.180.928</b>	<b>100,00</b>

**b. Composição das aplicações por prazo e por título**

Apresentamos, a seguir, a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2022					2021								
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor ajustado	Ajuste a valor justo	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor ajustado	Ajuste a valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado .....</b>	<b>136.437</b>	<b>252.206</b>	<b>400.990</b>	<b>2.547.197</b>	<b>3.336.830</b>	<b>3.348.159</b>	<b>(11.329)</b>							
Letras financeiras do tesouro .....	-	167.678	400.990	2.208.779	2.777.447	2.776.926	521							
Letras financeiras de emissores privados .....	6.293	-	-	48.680	54.973	57.295	(2.322)							
Debêntures .....	-	-	-	52.005	52.005	57.713	(5.708)							
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*) .....	65.457	-	-	-	65.457	65.457	-							
Notas do tesouro nacional .....	-	-	-	68.899	68.899	71.247	(2.348)							
Letras do tesouro nacional .....	55.554	84.528	-	156.869	296.951	297.753	(802)							
Certificados de recebíveis imobiliários .....	-	-	-	11.965	11.965	12.635	(670)							
Cotas de fundos de investimento .....	9.133	-	-	-	9.133	9.133	-							
<b>Títulos disponíveis para venda .....</b>	<b>2.191</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.558.550</b>	<b>6.560.741</b>	<b>7.208.891</b>	<b>(648.150)</b>							
Notas do tesouro nacional .....	-	-	-	4.917.462	4.917.462	5.480.940	(563.478)							
Letras do tesouro nacional .....	-	-	-	1.641.088	1.641.088	1.729.881	(88.793)							
Fundos de investimentos imobiliários .....	2.191	-	-	-	2.191	(1.930)	4.121							
<b>Total das aplicações financeiras .....</b>	<b>138.628</b>	<b>252.206</b>	<b>400.990</b>	<b>9.105.747</b>	<b>9.897.571</b>	<b>10.557.050</b>	<b>(659.479)</b>							

	2022					2021								
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor ajustado	Ajuste a valor justo	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor ajustado	Ajuste a valor justo
<b>Títulos a valor justo por meio do resultado .....</b>	<b>89.285</b>	<b>188.064</b>	<b>92.352</b>	<b>925.376</b>	<b>1.295.077</b>	<b>1.302.331</b>	<b>(7.254)</b>							
Letras financeiras do tesouro .....	-	160.780	86.349	764.119	1.011.248	1.010.502	746							
Letras financeiras de emissores privados .....	-	27.284	2.966	47.151	77.401	79.511	(2.110)							
Debêntures .....	-	-	3.037	61.993	65.030	68.282	(3.252)							
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*) .....	58.752	-	-	-	58.752	58.752	-							
Notas do tesouro nacional .....	-	-	-	34.380	34.380	36.363	(1.983)							
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*) .....	23.721	-	-	-	23.721	23.721	-							
Certificados de recebíveis imobiliários .....	-	-	-	17.733	17.733	18.388	(655)							
Cotas de fundos de investimento .....	6.812	-	-	-	6.812	6.812	-							
<b>Títulos disponíveis para venda .....</b>	<b>1.458</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.884.393</b>	<b>7.885.851</b>	<b>8.403.766</b>	<b>(517.915)</b>							
Notas do tesouro nacional .....	-	-	-	6.666.080	6.666.080	7.136.903	(470.823)							
Letras do tesouro nacional .....	-	-	-	1.211.770	1.211.770	1.268.151	(56.381)							
Debêntures .....	-	-	-	6.543	6.543	10	6.533							
Fundos de investimentos imobiliários .....	1.458	-	-	-	1.458	(1.298)	2.756							
<b>Total das aplicações financeiras .....</b>	<b>90.743</b>	<b>188.064</b>	<b>92.352</b>	<b>8.809.769</b>	<b>9.180.928</b>	<b>9.706.097</b>	<b>(525.169)</b>							



**c. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por valor de referência**

	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2021	Total
Contratos futuros	881	32.824	33.705	
<b>Total</b>	<b>881</b>	<b>32.824</b>	<b>33.705</b>	

**7 Ativos e passivos fiscais**

**a. Créditos tributários e previdenciários**

	2022		2021		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Impostos a compensar	40.966	-	40.966	44.789	44.789
Créditos tributários diferidos (c-1)	-	307.811	307.811	-	271.049
Obrigações fiscais diferidas (c-1)	-	(9.848)	(9.848)	-	(9.238)
<b>Total</b>	<b>40.966</b>	<b>297.963</b>	<b>338.929</b>	<b>44.789</b>	<b>306.600</b>

**b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

**(i) Créditos tributários diferidos**

	2022		2021		Total
	Saldo em 2021	Constituição	Realização	Saldo em 2022	
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>					
Provisões para contingências fiscais	33.626	815	(840)	33.601	
Provisões para contingências cíveis	398	172	(231)	339	
Provisões para contingências trabalhistas	799	238	(24)	1.013	
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	12.591	11	-	12.602	
Outros	16.470	173	(15.646)	997	
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>63.884</b>	<b>1.409</b>	<b>(16.741)</b>	<b>48.552</b>	
Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para venda	207.165	174.335	(122.241)	259.259	
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>271.049</b>	<b>175.744</b>	<b>(138.982)</b>	<b>307.811</b>	

	2022		2021		Total
	Saldo em 2020	Constituição	Realização	Saldo em 2021	
<b>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>					
Provisões para contingências fiscais	33.317	309	-	33.626	
Provisões para contingências cíveis	288	320	(210)	398	
Provisões para contingências trabalhistas	716	83	-	799	
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	12.591	-	-	12.591	
Outros	15.498	1.009	(37)	16.470	
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>62.410</b>	<b>1.721</b>	<b>(247)</b>	<b>63.884</b>	
Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para venda	-	308.588	(101.423)	207.165	
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>62.410</b>	<b>310.309</b>	<b>(101.670)</b>	<b>271.049</b>	

**(ii) Obrigações fiscais diferidas**

	2022		2021		Total
	Saldo em 2021	Constituição	Realização	Saldo em 2022	
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de depósito judicial	9.238	614	(4)	9.848	
<b>Total</b>	<b>9.238</b>	<b>614</b>	<b>(4)</b>	<b>9.848</b>	

	2022		2021		Total
	Saldo em 2020	Constituição	Realização	Saldo em 2021	
Ajuste a Valor de Mercado – Títulos disponíveis para Venda	169.832	51.318	(221.150)	-	
Provisão de IRPJ/CSLL sobre atualização de Depósito Judicial	9.004	238	(4)	9.238	
<b>Total</b>	<b>178.836</b>	<b>51.556</b>	<b>(221.154)</b>	<b>9.238</b>	

**c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias**

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	1.153	687	1.840
2024	612	362	974
2025	551	326	877
2026	523	309	832
2027	485	287	772
2028 a 2030	1.383	817	2.200
2031	25.791	15.266	41.057
<b>Total</b>	<b>30.498</b>	<b>18.054</b>	<b>48.552</b>

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$40.616 (R\$55.066 em 31 de dezembro de 2021) referente a diferenças temporárias.

**8 Outros valores e bens**

**Ativo de direito de uso**

	Saldo em 31/12/2022	Entradas	Atualizações/(Baixas)	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	2.069	-	(477)	(468)	1.124
<b>Total</b>	<b>2.069</b>	<b>-</b>	<b>(477)</b>	<b>(468)</b>	<b>1.124</b>

	Saldo em 31/12/2021	Entradas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	2.597	40	(568)	2.069
<b>Total</b>	<b>2.597</b>	<b>40</b>	<b>(568)</b>	<b>2.069</b>

**9 Imobilizado**

	Saldo em 2021	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2022
Bens móveis	405	100	(156)	349
Outras imobilizações	452	-	(129)	323
<b>Total</b>	<b>857</b>	<b>100</b>	<b>(285)</b>	<b>672</b>

	Saldo em 2020	Aquisição	Depreciação	Saldo em 2021
Bens móveis	550	15	(160)	405
Outras imobilizações	581	-	(129)	452
<b>Total</b>	<b>1.131</b>	<b>15</b>	<b>(289)</b>	<b>857</b>

**10 Intangível**

	Saldo em 2021	Aquisição/(Baixa)	Amortização	Saldo em 2022
Sistema de computação	50.357	30.490	(14.618)	66.229
<b>Total</b>	<b>50.357</b>	<b>30.490</b>	<b>(14.618)</b>	<b>66.229</b>

	Saldo em 2020	Aquisição/(Baixa)	Amortização	Saldo em 2021
Sistema de computação	44.429	17.009	(11.081)	50.357
<b>Total</b>	<b>44.429</b>	<b>17.009</b>	<b>(11.081)</b>	<b>50.357</b>

**11 Obrigações a pagar**

	2022	2021
Partes Relacionadas	7.802	5.752
Fornecedores	1.846	4.368
Participação nos lucros a pagar	981	659
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	360	603
Renovações a regularizar	-	547
Outras obrigações	8.234	41.297
<b>Total</b>	<b>19.223</b>	<b>53.226</b>

**12 Impostos e contribuições**

	2022	2021
Imposto de renda	162.584	144.487
Contribuição social	113.869	117.029
COFINS	3.799	2.278
PIS	617	370
<b>Total</b>	<b>280.869</b>	<b>264.164</b>

**13 Depósito de terceiros**

	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	2022	Total
Valores a reclassificar – Capitalização	210	148	53	411	
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>148</b>	<b>53</b>	<b>411</b>	

	Até 30 dias	31 a 180 dias	2021	Total
Valores a reclassificar – Capitalização	81	38	119	
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>38</b>	<b>119</b>	

**14 Provisões técnicas**

**a. Composição**

	2022	2021
Provisão matemática para capitalização	7.718.702	7.156.662
Provisão para resgates	1.280.317	1.104.067
Provisão para sorteios a realizar	40.113	37.633
Provisão para sorteios a pagar	18.189	21.781
Provisão complementar de sorteio	1.174	1.705
Provisão para despesas administrativas	75.605	78.791
<b>Total</b>	<b>9.134.100</b>	<b>8.400.639</b>

**b. Movimentação das provisões técnicas**

	2022	2021
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>	<b>8.400.639</b>	<b>8.570.919</b>
(+) Constituições (resgates e sorteios)	5.495.915	4.859.591
(-) Resgates/sorteios pagos	(5.315.492)	(5.459.099)
(-) Baixa de títulos prescritos	(94.510)	(60.204)
(-) Penalidade sobre resgate antecipado	(33.672)	(54.158)
(+) Atualização monetária e juros	681.220	543.590
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>9.134.100</b>	<b>8.400.639</b>

**15 Outros Débitos**

**a. Provisões judiciais**

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

**(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais discussões referem-se à:

- Deducibilidade da CSLL na base de cálculo do IR, com provisão e depósito judicial no valor de R\$10.414 (R\$10.036 em dezembro de 2021), a qual a Companhia pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo Artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória.
- Questiona-se a Lei nº 8.200 (Imposto de Renda) com discussão da limitação de correção monetária de balanço trazida pela Lei nº 8.200. Valor provisionado no montante de R\$5.983 (R\$5.665 em 31 de dezembro de 2021) e depósito judicial no valor de R\$5.983 (R\$5.665 em 31 de dezembro de 2021), classificado como perda provável.
- Questionamento da CSLL exigida das companhias de Capitalização, cujo período de discussão compreende maio/96 a janeiro/99, por alíquotas superiores às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, em desrespeito ao princípio constitucional da isonomia, com provisão no valor R\$8.362 (R\$7.923 em 31 de dezembro de 2021).

**(ii) Processos trabalhistas**

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de "Horas extra". As horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não tem, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

**(iii) Passivos contingentes**

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$8.357 (R\$8.874 em 31 de dezembro de 2021), para os processos cíveis e R\$211.404 (R\$198.074 em 31 de dezembro de 2021), para os processos fiscais. A maior parte deste valor se refere à discussão de PIS e COFINS, da Kiron Capitalização incorporada em maio de 2018 no montante de R\$210.132 (R\$192.403 em 31 de dezembro de 2021).

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definido o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços.

A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e têm curso na esfera judicial e administrativa federal. O risco desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

**(iv) Processos cíveis**

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devoluções, alcance de coberturas dos títulos e valores de sorteios/indenizações.

As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% a.m.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

**(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas**

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>26.702</b>	<b>1.997</b>	<b>995</b>	-	<b>29.694</b>
Constituição líquida de reversões	-	317	481	49	847
Pagamentos	(2.876)	(59)	(577)	-	(3.512)
Atualização monetária	1.168	278	(52)	-	1.394
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>24.994</b>	<b>2.533</b>	<b>847</b>	<b>49</b>	<b>28.423</b>

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>26.215</b>	<b>1.798</b>	<b>719</b>	<b>28.732</b>
Constituição líquida de reversões	-	-	689	689
Pagamentos	-	(26)	(525)	(551)
Atualização monetária	487	225	112	824
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26.702</b>	<b>1.997</b>	<b>995</b>	<b>29.694</b>

**(vi) Depósitos judiciais e fiscais**

	2022	2021
IRPJ e CSLL	25.070	25.661
FINSOCIAL/PIS	4.470	4.324
ILL - Imposto sobre o Lucro Líquido	4.789	4.535
Cíveis e trabalhistas	903	317
Outros	64	64
<b>Total</b>	<b>35.296</b>	<b>34.901</b>

**b. Passivos de arrendamento**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imovéis	Total	Imovéis	Total
Até um ano	472	523	523	523
Entre um e cinco anos	766	1.546	1.546	1.546
Acima de cinco anos	-	-	93	93
<b>Total</b>	<b>1.238</b>	<b>1.238</b>	<b>2.162</b>	<b>2.162</b>

**16 Patrimônio líquido**

**a. Capital social e dividendos**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 450.659 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

	2022	2021
--	------	------



	2022	2021
<b>c. Despesas administrativas</b>		
Despesas com pessoal próprio	(30.438)	(19.897)
Ordenados	(18.123)	(12.087)
INSS/FGTS	(6.548)	(4.600)
Planos de previdência privada (nota 18)	(1.014)	(402)
Honorários da Administração	(335)	(24)
Outras	(4.418)	(2.784)
Despesas com localização e funcionamento	(45.523)	(32.605)
Despesas com serviços de terceiros	(26.283)	(18.412)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(10.432)	(10.376)
Despesas com donativos e contribuições	(6.357)	(5.486)
Despesas administrativas diversas	(493)	(531)
<b>Total</b>	<b>(119.526)</b>	<b>(87.307)</b>
<b>d. Despesas com tributos</b>		
Despesas com COFINS	(40.258)	(29.961)
Despesas com PIS	(6.542)	(4.869)
Despesas com taxa de fiscalização	(2.253)	(1.974)
Impostos federais/estaduais/municipais	(24)	(390)
<b>Total</b>	<b>(49.077)</b>	<b>(37.194)</b>
<b>e. Resultado financeiro</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa	1.036.266	869.507
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	1.531	603
Atualização monetária de créditos tributários	4.059	1.247
Outras receitas financeiras	7	14
<b>Subtotal</b>	<b>1.041.863</b>	<b>871.371</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização monetária das provisões técnicas	(681.220)	(543.590)
Despesas com títulos de renda fixa	(108.848)	(63.253)
Atualização monetária de provisões judiciais	(2.009)	(824)

	2022	2021
Tributação sobre operações financeiras	(891)	(931)
Outras despesas financeiras	(792.968)	(609.259)
<b>Subtotal</b>	<b>(248.859)</b>	<b>(262.112)</b>
<b>Total</b>	<b>248.895</b>	<b>262.112</b>
<b>f. Despesas de imposto de renda e contribuição social</b>		
<b>Impostos diferidos</b>		
Realização/Constituição no exercício sobre adições temporárias	(15.940)	1.236
<b>Subtotal</b>	<b>(15.940)</b>	<b>1.236</b>
Imposto de renda e contribuição social devidos	(393.728)	(351.835)
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b>(409.668)</b>	<b>(350.599)</b>
<b>21 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>		
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>1.084.513</b>	<b>861.709</b>
(-) JCP	(65.000)	(29.000)
<b>Resultado ajustado</b>	<b>1.019.513</b>	<b>832.709</b>
Adições	11.812	9.770
Exclusões	(56.302)	(49.180)
<b>Lucro tributável</b>	<b>975.023</b>	<b>793.299</b>
Tributos corrente	(399.760)	(356.984)
Tributos diferidos	(15.940)	1.236
PAT	51	43
Incentivos fiscais	5.981	5.106
Ajuste efetuado na declaração de rendimentos	-	-
<b>Total tributos</b>	<b>(409.668)</b>	<b>(350.599)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>40,18%</b>	<b>42,10%</b>
<b>22 Eventos subsequentes</b>		

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885 (decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada"). Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia efetuou suas análises e avaliou que a referida decisão não gera impactos nas demonstrações financeiras de 31/12/2022.

DIRETORIA		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Jorge Pohlmann Nasser	Diretor - Presidente	Luiz Carlos Trabuco Cappi	Presidente
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor-Gerente	Samuel Monteiro dos Santos Junior	Vice-Presidente
Gedson Oliveira Santos	Diretor-Gerente	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Membro
Américo Pinto Gomes	Diretor-Gerente	Ivan Luiz Gontijo Junior	Membro
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor	Octavio de Lazari Junior	Membro
Valdirene Soares Secato	Diretora	Milton Matsumoto	Membro
		Alexandre da Silva Glüher	Membro
		Maurício Machado de Minas	Membro
		Bernardo Ferreira Castello	Atuário - MIBA nº 1717
		Alberto Barcellos Miranda	Contador CRC-1RJ-094195/O-2 S SP

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração da Bradesco Capitalização S.A.  
Barueri - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização**  
Veja as Notas nº 2(i) e 14 das demonstrações contábeis.  
A provisão técnica para resgates de títulos de capitalização é mensurada utilizando metodologia que considera as características definidas nas condições gerais de cada produto, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Devido à importância da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização para o entendimento das demonstrações contábeis por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica, que representa 87% do total dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2022, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**  
Abaixo estão relacionados os principais procedimentos que realizamos para tratar esse principal assunto de auditoria: Avaliamos, com o suporte de especialistas em tecnologia da informação, o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à provisão técnica para resgates de títulos de capitalização, que incluiu controles relativos a (1) parametrização do sistema operacional para realização do cálculo da provisão, desde o momento da sua constituição, incluindo o cálculo dos juros e atualização monetária; (2) processamento automático dos pagamentos de resgates pelo sistema financeiro; e (3) integridade e exatidão das informações transferidas entre os sistemas operacional, financeiro e contábil.

Os nossos procedimentos de auditoria também incluíram: (1) teste de recálculo da provisão técnica para resgates por meio de aplicação das quotas de capitalização estabelecidas nas condições gerais de cada produto sobre as arrecadações do período, bem como da respectiva atualização monetária e juros; (2) análise da receita de arrecadação reconhecida no período, base para a constituição da provisão técnica para resgates, em comparação aos montantes apresentados nos extratos bancários; e (3) verificação, com base em amostragem, da existência e exatidão dos resgates pagos mediante confronto com as informações contidas na respectiva documentação suporte e comprovantes de liquidação financeira.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão técnica para resgates de títulos de capitalização, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores**  
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

**KPMG** KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-028567/F

Claúdio Rogélio Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da  
**Bradesco Capitalização S.A.**  
Barueri - SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Bradesco Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**  
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.  
**Opinião**  
Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Bradesco Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

**Outros Assuntos**  
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

**EY** ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57  
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco  
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Av.: Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP  
Corporate Tower Torre Norte, andar 6, conj. 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Ilmos. Srs.  
Membros do Conselho de Administração da Bradesco Capitalização S/A  
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e do seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e, em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradesco Capitalização e em atendimento a Resolução SUSEP 432 - Artigo 13, a manifestar-se sobre (I) atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; (II) avaliação da efetividade dos controles internos da supervisionada, com evidencição das deficiências detectadas; (III) descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; (IV) avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à supervisionada, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidencição das deficiências detectadas; e (V) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, com evidencição das deficiências detectadas.

**Atividades do Comitê**  
O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No decorrer do ano de 2022, o Comitê, nesse sentido, desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento, que incluiu 47 reuniões, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de conformidade; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; (iv) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (v) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Seguradora para enfrentamento dos efeitos, ainda, da crise gerada pelo COVID-19, inclusive nas Provisões registradas no ano de 2022, e, também, às ações efetuadas pela Administração relativas ao descasamento do indexador IGPM para planos de Previdência tradicional, onde há estudos de recomposição da carteira com novos papéis / lastros financeiros, fazendo com que esse valor seja diminuído. Nesse sentido, em quatro reuniões, no ano, com o Conselho de Administração o COAUD teve a oportunidade de apresentar a Avaliação dos Controles Internos, tendo sido efetuadas recomendações em cumprimento à implementação da Resolução CNSP 416, as quais foram acolhidas pelas diretorias das empresas. A partir daí foram implementados planos de ação por parte das empresas, dentre elas, a adequação da estrutura de gestão de riscos e controles internos em cumprimento à referida Resolução. O aprimoramento dos controles internos gerou, conforme recomendação do Comitê de Auditoria, alterações nos processos, incluindo a estruturação de uma central de Fraudes para atender e ter condições de apoiar todas as empresas da Seguradora, com melhorias em sua Governança.

Nessas reuniões, além de registrarmos nossas considerações relativas à área de Controles Internos, registramos, conforme regras estabelecidas, recomendações no âmbito operacional para as empresas do Grupo, destacando: (a) à Auditoria Externa

que continuassem a desafiar os modelos e premissas para constituição das provisões técnicas; (b) à área de Gestão de Riscos o acompanhamento das questões de Cyber Risco, com a mensuração do nível do risco cibernético com pedido de resgate e, (d) à área de Gestão de Riscos a utilização do *rating* do Cliente do Banco para melhorar a régua de análise na questão do PLDF.

Recomendamos, ainda, o acompanhamento por parte da Auditoria Interna do conglomerado Bradesco e da Auditoria Externa KPMG dos quesitos contábeis, onde foram apresentados os planos de ações e regularizações, objeto de destaques no decorrer do ano de 2022, procedimentos esses que estão aderentes às práticas da Auditoria.

Adicionalmente, com relação aos trabalhos realizados pela auditoria interna, nos quesitos contábeis, o Comitê teve acesso aos relatórios elaborados, não tendo havido nenhuma recomendação adicional aos planos de ação apresentados na finalização desses trabalhos e, estando todos eles dentro dos prazos ajustados durante os trabalhos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e gestão da conformidade.

O Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os auditores independentes, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Comitê de Auditoria teve acesso a esse relatório, não tendo havido nenhuma recomendação por parte dos auditores independentes. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os Auditores Independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas nos respectivos documentos, não tendo registrado apontamentos.

O Comitê não tomou ciência de nenhuma ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude, bem como erros relevantes nas demonstrações financeiras, que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidelidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente KPMG atendem os requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Alphaville, 23 de fevereiro de 2023

Alexandre da Silva Glüher	-	Coordenador
Roberto Westenberger	-	Membro
Paulo Pereira Ferreira	-	Membro
Paulo Sergio Rodrigues	-	Membro